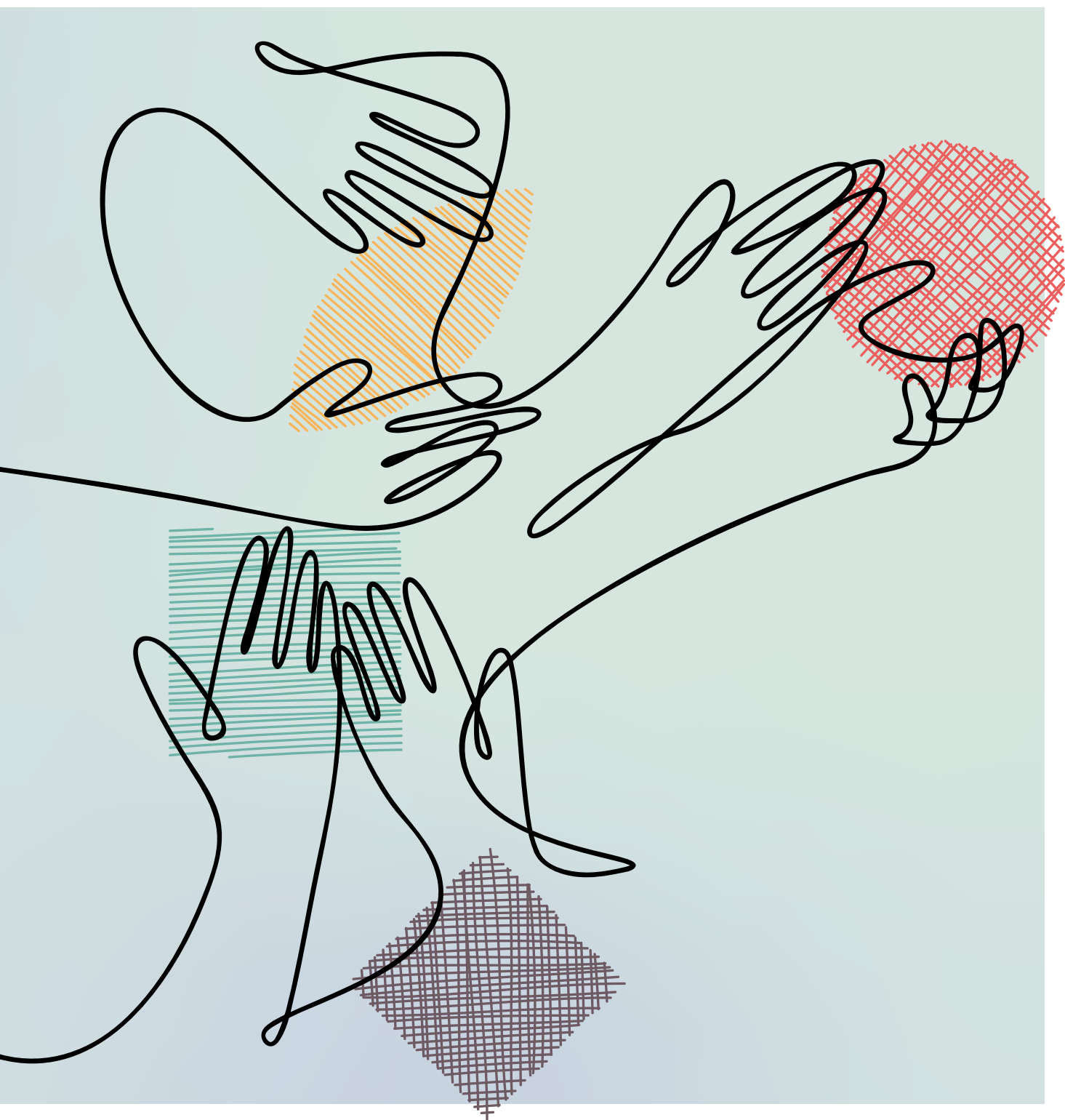


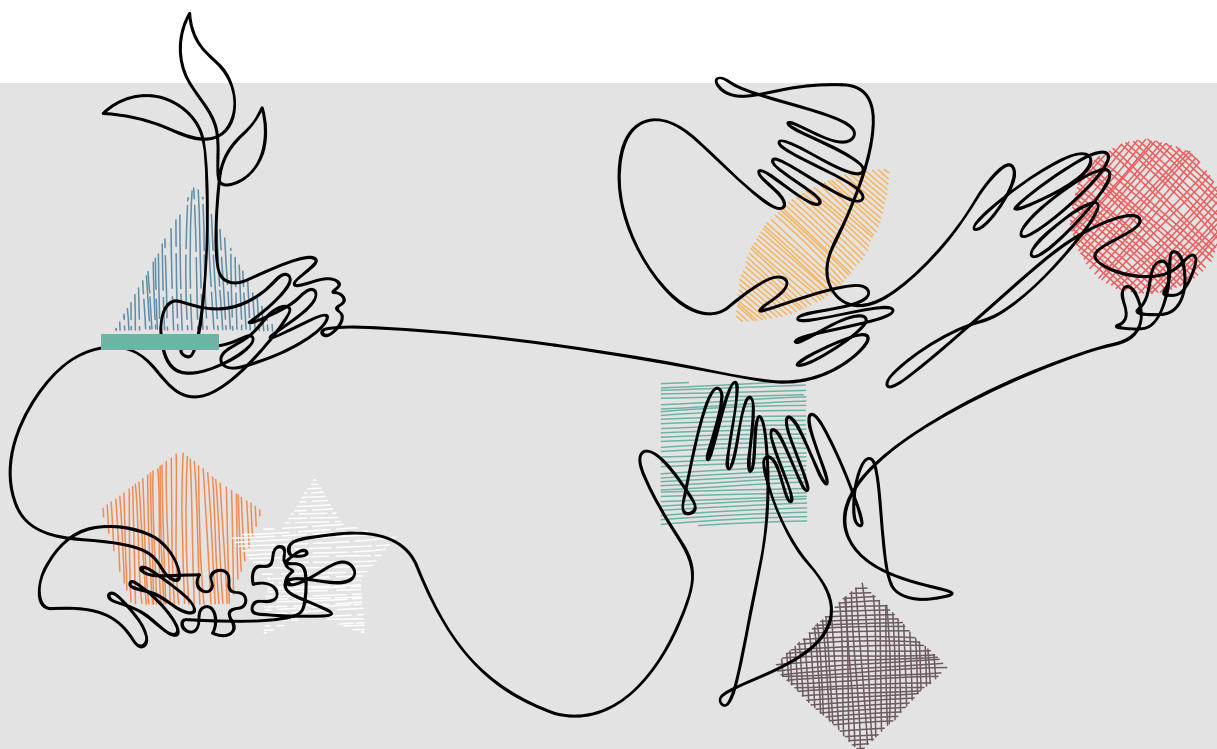
Revista 

Colaboração

Regime de Colaboração na Educação 

Ano 1 nº 1





Revista
Colaboração



EXPEDIENTE

Supervisão

Cristiane da Fonseca
Eliziane Gorniak
Fernanda Castro Marques
Gabrielly Domingues da Silva
Guilherme Lacerda
Maria Paula Mansur Mader
Vinicius Spelier

Redação

Gabrielly Domingues da Silva
Maria Paula Mansur Mader

Coordenação de Comunicação do

Instituto Positivo

Maria Paula Mansur Mader

Projeto gráfico, capa e diagramação

Bruno Palma e Silva

Tiragem

1.000 exemplares
(distribuição gratuita)

O Instituto Positivo, instituição sem fins lucrativos, mantida pelo Grupo Positivo, tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública, por meio do incentivo ao Regime de Colaboração intermunicipal.

CONSELHO DE GOVERNANÇA

Helio Bruck Rotenberg
Lucas Guimarães
Emerson W. dos Santos
Gilberto Alves da Silva Junior
Paulo Cunha
Cezar Teixeira
Rogério Mainardes
Mozart Neves Ramos
Claudio Moura e Castro
Carlos Eduardo Sanches

CONSELHO FISCAL

Lincon Lopes Ferraz
Sandra Franco

O Movimento Colabora Educação tem o objetivo de fortalecer a governança e as práticas colaborativas entre os entes federativos no âmbito das políticas públicas de educação.

FAZEM PARTE DO MOVIMENTO:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Fundação Itaú Social
Fundação Lemann
Instituto Ayrton Senna
Instituto Conceição Moura
Instituto Natura
Instituto Positivo
Instituto Unibanco
Movimento Todos Pela Educação

Sumário

02 **Expediente**

04 **Colaboraram nesta edição**

06 **Editorial**

07 **Especial**

O que o trabalho colaborativo pode oferecer para a educação?: conceitos de duas formas de Regime de Colaboração

09 **Conformidade**

A Sase e sua atuação na colaboração intermunicipal



19 **Entrevista**

Como a colaboração contribuiu com a alfabetização: projetos unem professores com o objetivo de superar as dificuldades na alfabetização

24 **Direto da academia**

Cooperação intermunicipal: parcerias que potencializam as capacidades territoriais

28 **Espaço aberto**

A urgência da educação: não haverá mais segurança, mais saúde, mais emprego, mais cultura e mais ciência se não tivermos mais educação



Foto: Arquivo ADE Noroeste Paulista

11 **Ponto de vista**

Colhendo frutos a cada passo: a trajetória do ADE Noroeste Paulista

16 **A experiência de quem faz**

Guarás: um ADE inspirador que nasceu no litoral norte do Maranhão

31 **Compartilhando**

Colaboraram nesta edição

Gostaria de contribuir com a Revista? Entre em contato conosco pelo e-mail mpmader@positivo.com.br

Foto: Arquivo pessoal



Andreia Borges da Silva – possui formação em Magistério (1999); graduação em Pedagogia, pela Universidade Castelo Branco (2009); especialização em Psicopedagogia e Educação Especial, pelo IPGEX (2017). É professora da rede municipal de ensino e participa há dois anos dos projetos Se Liga e Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna. **Entrevista, pág. 19.**

Fernando Gralha - possui graduação em História (licenciatura plena), pelas Faculdades Integradas Simonsen (2002); especialização em História do Brasil, pela UCAM (2004); mestrado em História, pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2008) e é doutorando em História, pela UNIRIO. Atualmente é Coordenador Geral da Diretoria de Cooperação e Planos de Educação da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (SASE-MEC); Editor e Coordenador da "Gnarus Revista de História", Coordenador do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel. **Conformidade, pág. 9**



Foto: Arquivo pessoal

Foto: Arquivo pessoal



Gorethi Camelo - possui graduação em Letras, especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e especialização em Gestão Pública, pela Universidade Federal do Maranhão. É professora licenciada das redes Estadual e Municipal de Ensino, foi Secretária de Educação dos municípios de Serrano do Maranhão (2013 a 2016) e Apicum Açu (2017 a 2018), foi Presidente da Undime-MA e região Nordeste, e atualmente é assessora especial do ADE dos Guarás. **A experiência de quem faz, pág. 16.**

Guilherme Lacerda – possui graduação em Economia e em Ciência Política pela Indiana University Bloomington (2014). Fez parte da primeira turma de trainee Gestão Pública do Vetor Brasil; foi coordenador operacional do Escritório de Projetos da Secretaria de Educação do Pará (2015-2017). Atualmente é secretário executivo do Movimento Colabora Educação, iniciativa de organizações atuantes junto à educação básica pública brasileira, que busca fortalecer a governança federativa e a colaboração em políticas públicas de educação. **Especial, pág. 7.**



Foto: Arquivo pessoal

Foto: Arquivo pessoal



Jaqueline Alexandre Batista - possui graduação em Fonoaudiologia, pelo Centro Universitário do Norte Paulista - UNORP (2007) e em Pedagogia, pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba - FALC (2017); especialização em Psicopedagogia no Processo Ensino-Aprendizagem, pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais (2014) e é pós-graduanda em Gestão Pública, pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Atualmente é Diretora de Departamento do Ensino Superior e Profissionalizante da Secretaria Municipal de Educação de Votuporanga e Secretária Executiva do ADE Noroeste Paulista. **Ponto de vista, pág. 11.**

Thamara Strelec – possui graduação em Comunicação Social, pela Universidade de Mogi das Cruzes (2008); mestrado em Administração Pública e Governo, pela Escola Brasileira de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (2011) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2017), com estágio doutoral no Instituto de Gobierno y Políticas Públicas na Universidad Autònoma de Barcelona. Ganhadora do Prêmio Jóvenes Investigadores Joan Prats (2015), em Madrid/Espanha, entregue pelo Comitê Científico do VI Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas e do Prêmio de Monografias em Consórcios Públicos e Federalismo (2012), entregue pelo Observatório de Consórcios Públicos, Frente Nacional de Prefeitos e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Brasil). **Direto da academia, pág. 24.**



Foto: Arquivo pessoal

Imagem: Divulgação



Todos pela Educação (TPE) - organização sem fins lucrativos composta por diversos setores da sociedade brasileira com o objetivo de assegurar o direito à Educação Básica de qualidade para todos os cidadãos, até 2022, ano que se comemora o bicentenário da independência do Brasil. Fundado em 2006, o movimento conta com 32 organizações, entre mantenedores e parceiros, e quase 200 representantes divididos entre os diversos cargos de sua estrutura organizacional. Site: www.todospelaeducacao.org.br. **Espaço aberto, pág. 28.**

Editorial

É com satisfação que esta publicação marca o lançamento da primeira revista especialmente dedicada a disseminar conteúdos e práticas de Regime de Colaboração existentes na educação brasileira. A partir da contribuição de pesquisadores, professores, secretários de educação, representantes do poder público e de movimentos da sociedade civil, a revista se propõe a compartilhar experiências e conhecimentos.

A colaboração intergovernamental é fundamental para a política educacional, pois a organização do sistema escolar brasileiro depende muito das relações entre os entes federados. A adoção do federalismo, que se define por um modelo político territorial e que precisa garantir, ao mesmo tempo, a autonomia e a interdependência entre os níveis de governo, tornou necessária a criação de instrumentos de interligação dessas partes. Por essa razão, a Constituição brasileira aponta que os sistemas de ensino deverão estar organizados em Regime de Colaboração. Mas, como fazê-lo? Como garantir que as iniciativas sejam efetivas e gerem os resultados esperados?

Para dar luz a essas questões, queremos fazer desse espaço um local de diálogo sobre os diversos temas que circundam o Regime de Colaboração e as diversas formas de viabilizá-lo.

Mesmo com a ausência de um Sistema Nacional de Educação que incentive a coordenação e a colaboração federativa, já é possível perceber que existem modelos de cooperação se disseminando pelo país, entre eles, pactos entre estados e municípios, consórcios intermunicipais com câmaras técnicas de educação, além de Arranjos de Desenvolvimento de Educação (ADE). Dentre essas experiências, existem aquelas institucionalizadas, outras a caminho de se institucionalizar e que contam com boas práticas e ações ainda em caráter piloto.

Na relação entre Estados e Municípios, existem as experiências do Ceará (PAIC), Espírito Santo (PAIC), Amapá (PAAP), Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba (SOMA) e Pernambuco (PEI).

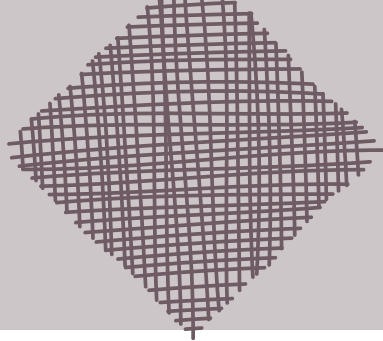
Entre os mais de 719 consórcios existentes no país, há 8 que abrangem 139 municípios e que possuem câmaras técnicas de educação. Já os Arranjos de Desenvolvimento da Educação, já são 11 experiências, agregando um total de 187 municípios.

Todos esses modelos já implantados têm buscado criar alternativas que viabilizem ações territoriais voltadas ao aumento do diálogo e das capacidades internas das equipes das redes de ensino, além da priorização de iniciativas em prol da melhoria da qualidade da educação e do aumento da equidade no território.

A revista abordará temas abrangentes que vão desde a legislação e a regulamentação, as pesquisas mais interessantes sobre o tema, passando por relatos de casos e experiências práticas, priorizando a narrativa daqueles que estão em campo para mostrar o que acontece no dia a dia. Professores e alunos também terão voz. Dessa forma, nossos leitores poderão conhecer os sucessos e as dificuldades dessas experiências. Tudo isso buscando que as iniciativas que preconizam o Regime de Colaboração sejam difundidas como um meio de instrumentalizar gestores e professores, com vistas a contribuir para um sistema de educação menos desigual e mais efetivo.

Estamos orgulhosos e felizes por compartilhar com você todo esse conteúdo. Esperamos que continue acompanhando nossas publicações e que colabore para disseminar cada vez mais essas experiências.

Boa leitura!



Especial

O que o trabalho colaborativo pode oferecer para a educação?

Conceitos de duas formas de Regime de Colaboração

por Guilherme Lacerda

Na complexa e heterogênea federação nacional, o trabalho articulado entre municípios para a melhoria da oferta educacional vem ganhando força. Observamos, na prática, aumento do número de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) e de Consórcios Públicos atuantes no setor¹. De importância quiçá maior, os vários atores envolvidos no processo, que vai desde o desenho das políticas públicas até a sala de aula, começam a perceber – e a defender – a coordenação entre os municípios como estratégia central para o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro. Vale aproveitar este espaço para revisar brevemente o que essas formas de

trabalho conjunto possibilitam e como estão amparadas na legislação.

"[...] todos saímos melhores pela ampliação e consolidação desse trabalho colaborativo: os municípios crescem em conhecimento, capacidade e eficiência; as redes estaduais de educação e suas regionais encontram interlocutores fortalecidos e territorialmente organizados; o sistema educacional como um todo apresenta maior coerência e coordenação."

Os ADEs – existentes desde os anos 1990, ainda que sem esse nome – entraram na pauta da sociedade civil e dos formuladores de políticas educacionais em fins dos anos 2000. Trata-se de modelo de atuação que visa ampliar a intensidade e a qualidade da relação entre municípios com um constante enfoque em desafios comuns e na melhoria da aprendizagem dos alunos. Sendo prescindível um acordo formal, os ADEs permitem a seus membros relevante flexibilidade

e agilidade. Escapa-se, também, de possíveis entraves

1 ABRUCIO, Fernando: *Cooperação Intermunicipal: experiências de Arranjos de Desenvolvimento da Educação no Brasil*.



Foto: Arquivo pessoal

político-partidários, tendo em vista a centralidade da gestão educacional.

Em novembro de 2011, após amplas discussões e consultas públicas, o Ministério da Educação (MEC) homologou o Parecer 9/2011 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE). Tal resolução reconheceu o ADE como forma de colaboração territorial instituída entre diferentes entes da federação que visa “assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico”². Desse marco em diante, os Arranjos foram previstos em outras peças legislativas, tais como no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos projetos de lei complementar para regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Já os Consórcios Intergovernamentais de Direito Público são formatos cooperativos “que permitem a

gestão associada de serviços públicos, contribuindo para a solução conjunta de problemas comuns a um território ou região”³. Não estando atrelados, portanto, a uma área específica da gestão pública, têm como motivador comum e primeiro as possibilidades de ganho de escala e de utilização de recursos de forma mais eficiente. A lei 11.107/2005, que dispõe sobre suas normas gerais de contratação, representa o principal marco legal e instrumento de viabilização jurídico-institucional.

Percebe-se de bate-pronto que os dois formatos de cooperação intermunicipal são complementares entre si: ao passo que o primeiro é fundamentalmente um esforço do próprio campo educacional e de caráter mais “informal”, o segundo é uma estrutura que busca ampliar a eficiência da federação e de seus entes de maneira ampla e, portanto, de maior rigidez legal.

Um esforço importante da sociedade civil e dos atores que atuam na educação é demonstrar que todos saímos melhores pela ampliação e consolidação desse trabalho colaborativo: os municípios crescem em conhecimento, capacidade e eficiência; as redes estaduais de educação e suas regionais encontram interlocutores fortalecidos e territorialmente organizados; o sistema educacional como um todo apresenta maior coerência e coordenação.

E, acima de qualquer outra justificativa, as crianças e os jovens brasileiros têm ampliado o seu direito a uma educação de qualidade. ■

2 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8851-pceb009-11-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192

3 Oficina Municipal. Curso 18: Consórcios Públicos Intermunicipais.



Conformidade

A Sase e sua atuação na colaboração intermunicipal

por Fernando Gralha

Desde que o homem se percebeu como homem, entendeu que para sobreviver o ser humano precisava cooperar com seus semelhantes; os estímulos e necessidades o fizeram entender que não se vive isoladamente, pois só se existe em grupo, em conjuntos de grupos. Dessa coexistência é que deriva a soma de conhecimentos, costumes, crenças, visões de realidade, imaginários, mentalidades, mitos e ações, ou seja, sua cultura, sua identidade.

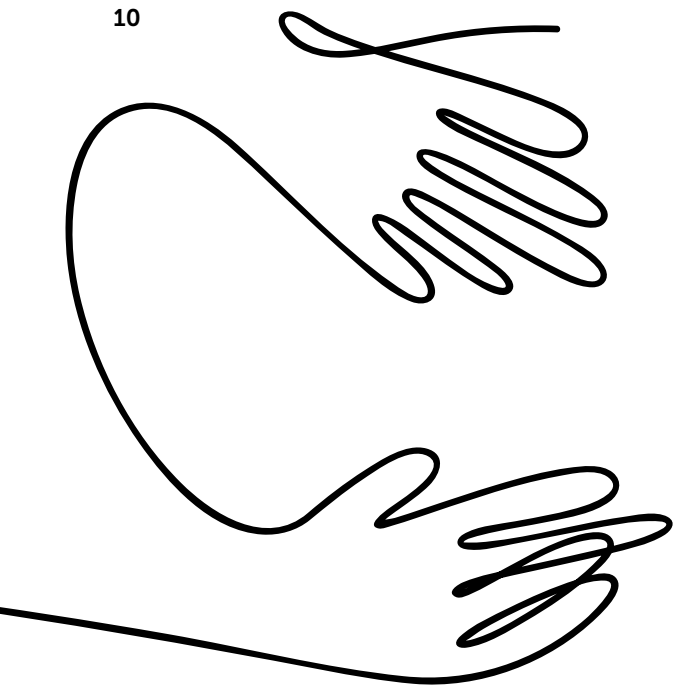
O ser social é o que trabalha em prol da sociedade, da comunidade, seja ela local, nacional ou global, estabelecendo laços de cooperação e contribuindo para uma causa comum e, por consequência, crescer em igualdade. Atualmente, crescer em igualdade na área da educação está intrinsecamente ligado à ideia de colaboração. Nesse cenário, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase-MEC)¹ tem contribuído, entre outras atividades, no desenvolvimento de ações que promovam, principalmente, a cooperação intermunicipal. O objetivo principal é a construção

de um ambiente de conformidade², é prosseguir no apoio à idealização e à implantação de organismos democráticos de participação social, modelos de gestão, instalação e aplicação de arranjos institucionais de cooperação. As iniciativas nesse sentido variam desde a inserção desses tópicos em fóruns nacionais, regionais e estaduais de diferentes organizações que debatam política educacional no país, até o alargamento das condições de diálogo e de pactuação entre gestores sobre vários aspectos e temas que remetam à cooperação federativa, financiamento, avaliação, planejamento articulado, valorização dos profissionais da educação, fortalecimento de instâncias colegiadas, gestão democrática, diagnósticos e práticas pedagógicas, dentre outras possibilidades.

A principal diretriz que norteia é a articulação entre os diversos atores governamentais e não governamentais envolvidos na perspectiva de cooperação: a Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade

1 Para saber mais sobre a Sase visite: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-articulacao-com-os-sistemas-de-ensino--sase/apresentacao>.

2 Conformidade é o ato de combinar atitudes, crenças e comportamentos para agrupar normas. Sendo a condição de alguém ou grupo de pessoas, de alguma coisa ou um ser, ou de um conjunto deles, estar conforme o pretendido ou previamente estabelecido por si, por outrem ou entre diferentes pessoas ou grupos de pessoas.



(Secadi), Secretaria de Educação Tecnológica (Setec) e demais secretarias do Ministério da Educação (MEC), que tenham interface com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Em conjunto também com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e demais setores da sociedade civil, além das organizações privadas que operam no campo educacional, materializado pelas redes de assistência técnica mantidas em todo o território brasileiro e que, atualmente, dedicam-se a avaliação e monitoramento dos planos subnacionais de educação e à elaboração ou adequação dos planos de carreira do magistério, atingindo a quase totalidade dos municípios e estados da federação.

"O ser social é o que trabalha em prol da sociedade, da comunidade, seja ela local, nacional ou global, estabelecendo laços de cooperação e contribuindo para uma causa comum e, por consequência, crescer em igualdade."

Atuando assim, a Sase tem conseguido, por exemplo, potencializar a capacidade dos municípios, principalmente os organizados em forma de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs)³, para acessar os programas federais do MEC - o Governo Federal tem uma série de programas em diversas áreas destinados ao desenvolvimento dos municípios brasileiros, que por excelência são espaços de ações colaborativas. Assim, levar equipes de trabalhos dos atores, citados anteriormente, ao encontro dos ADEs, tem apoiado a capacidade de ação dos municípios.

De tal modo, articular ações em forma de Arranjo implica em estabelecer cooperação entre os entes envolvidos, gerando, assim, uma importante conexão com o Regime de Colaboração. Desse modo, na par-

ceria com ADEs, a Sase tem atuado de forma a apoiar na inserção de valores capazes de permitir o compartilhamento de competências políticas, técnicas e financeiras, visando à execução coletiva de programas de manutenção e desenvolvimento da educação, de forma a aceder na atuação dos entes federados sem interferir na sua autonomia.

Evidentemente, o desafio exposto é: como colocar em prática o Regime de Colaboração por meio de processos de cooperação, na forma de Arranjos educativos, de maneira que o país avance na oferta de uma educação de qualidade social, mediante o vínculo entre território e educação? A resposta da Sase a essa questão tem sido, assim, prover mecanismos de ações colaborativas por meio de Arranjos de Desenvolvimento da Educação, na perspectiva de um sistema nacional de educação em construção. ■

3 No art. 1º da Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 2012 do Conselho Nacional de Educação, preceitua. "O ADE é uma forma de colaboração territorial basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico".

Ponto de vista

Colhendo frutos a cada passo

A trajetória do ADE Noroeste Paulista

por Jaqueline Alexandre Batista

Fomentar o trabalho com uma ou mais pessoas, cooperar, participar, contribuir, ajudar, auxiliar. Ato de colaborar. Visão e objetivos comuns. Compartilhamento de esforços, de ações e de informações. Associativismo territorial. Esses são alguns dos conceitos mais utilizados pelo trabalho de um Arranjo de Desenvolvimento Educacional.

De acordo com a aprovação e normatização emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), mediante a Resolução nº 01/2012, o “ADE é uma forma de colaboração territorial basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico”.

Contando um pouco da nossa história, o “ADE Noroeste Paulista” surgiu em 2009, a partir do diálogo entre representantes do Todos pela Educação e das lideranças da região. Municípios dos arredores de Votuporanga foram convidados para uma reunião, na qual

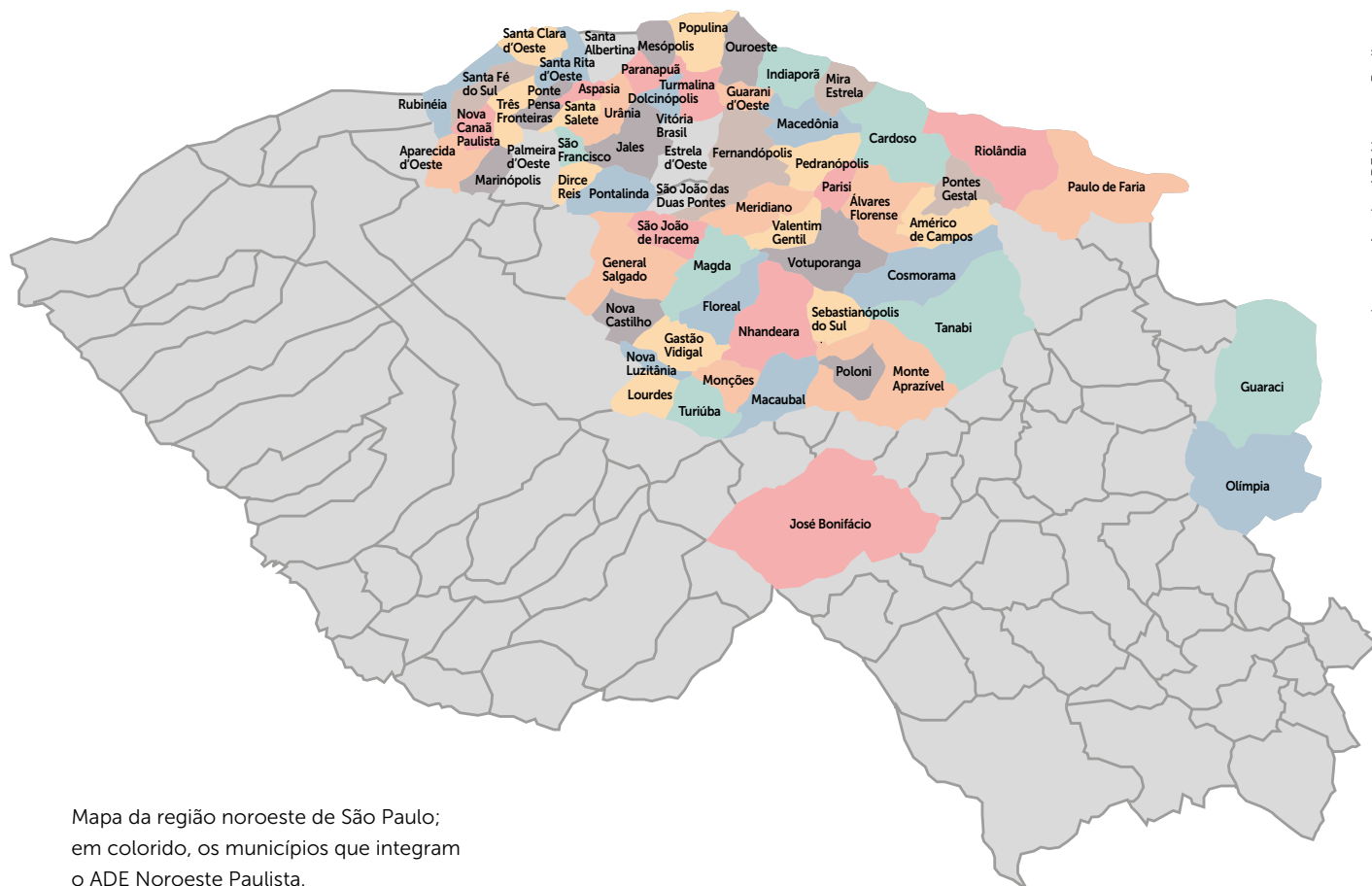
foi anunciada a proposta de constituírem um trabalho colaborativo em formato de Arranjo Educacional no território. Inicialmente o ADE contou com um grupo de 17 municípios.

Após a implantação e consequente disseminação das ações do ADE Noroeste do Estado de São Paulo, novos municípios despertaram o interesse em integrar o grupo. Para aderir ao colegiado, é necessário que o prefeito assine uma Carta de Compromisso e Princípios, que foi elaborada por Secretários de Educação e tem como finalidade direcionar as ações do Arranjo e fortalecer o compromisso firmado com o grupo. Hoje o ADE Noroeste Paulista conta com o envolvimento de 60 municípios, impactando aproximadamente 61.407 alunos da Educação Básica, de mais de 287 escolas públicas municipais, em um território que contempla 677.567 habitantes.

As ações desenvolvidas pelo colegiado são diversas e sempre visam à melhoria da Educação em nível

“[O] ADE é uma forma de colaboração territorial basicamente horizontal, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico”.

Conselho Nacional de Educação (CNE), Resolução nº 01/2012



Mapa da região noroeste de São Paulo; em colorido, os municípios que integram o ADE Noroeste Paulista.

regional, buscando alcançar resultados concretos com os alunos. Assim, vale ressaltar que exercitar a cooperação entre gestores e demais profissionais envolvidos na educação territorial é também uma forma de fazer com que ações contributivas possam ser realizadas entre os educandos, fortalecendo sempre o trabalho de regime de colaboração em todos os níveis da escola. Existem também momentos em que há o envolvimento da comunidade e de outros municípios nas ações realizadas, porém a cidade de Votuporanga é geralmente a escolhida para sediar os encontros promovidos pelo Arranjo.

Periodicamente o ADE organiza fóruns, intitulados

"[...] exercitar a cooperação entre gestores e demais profissionais envolvidos na educação territorial é também uma forma de fazer com que ações contributivas possam ser realizadas entre os educandos, fortalecendo sempre o trabalho de Regime de Colaboração em todos os níveis da escola."

"Educação para Todos", nos quais são realizadas formações nas diversas áreas da educação. Trata-se de uma oportunidade de partilhar informações que vão auxiliar na resolução de problemas comuns às rotinas da gestão educacional e/ou às práticas escolares, além de deliberações afetas aos objetivos do ADE Noroeste Paulista. Essas oportunidades de encontros entre os municípios são momentos cruciais para o fortalecimento e maior envolvimento do grupo em todas as ações do ADE.

Anualmente, o ADE Noroeste Paulista, em parceria com algumas instituições locais, organiza o Congresso Internacional de Educação; esta é considerada uma

ação *master* do colegiado. O objetivo desse Congresso é oportunizar formação continuada e atualização em tecnologias educacionais de excelência aos profissionais do magistério. Dessa maneira, é possível elevar a qualidade da Educação regional, beneficiando diretamente cerca de 1.500 profissionais. Já foram realizadas 5 edições do evento, com o fomento dos mais variados temas por meio de palestras, rodas de conversa, mesas redondas, oficinas e minicursos. Em 2018, foi possível contar com importantes parcerias na organização do evento, sendo elas a AMA - Associação dos Municípios da Araraquarense, o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Votuporanga, o UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga e o IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo / Campus Votuporanga. Os recursos obtidos para viabilizar o evento são provenientes das inscrições dos participantes, que são subsidiadas pelos próprios municípios que compõem o ADE Noroeste Paulista. É interessante observar que a cidade inteira se mobiliza a favor do Congresso, não sendo difícil encontrar restaurantes e hotéis com preços acessíveis para os participantes, a fim de contribuir para viabilizar tais ações, fruto das parcerias conquistadas.

Outra ação colaborativa de relevância é o planejamento, operacionalização e execução do Laboratório de Mudança, um curso de formação de gestores que tem como objetivo potencializar a atuação e as habilidades de liderança dos profissionais que estão à frente das unidades escolares no território. Com esse trabalho, 75 diretores e coordenadores pedagógicos são instrumentalizados, em 4 módulos, entre os meses de agosto e novembro de 2018. A ação tem apoio do Instituto Natura, por meio do projeto Rede de Apoio à Educação (RAE), e foi elaborada a partir de um diagnóstico realizado em

Fotos: Arquivo ADE Noroeste Paulista





2017, que revelou como prioridade comum aos municípios viabilizar a formação continuada aos gestores das escolas, visando sua melhoria de desempenho. O diferencial desta iniciativa é que todo o processo de planejamento, organização e execução do ciclo formativo foi realizado pelos próprios dirigentes municipais de ensino por meio de um Comitê Gestor, de forma colaborativa, buscando somar esforços na resolução de problemas comuns. Também foram identificados “talentos locais”, que são profissionais que atuam nas redes de ensino e possuem preparo e competências alinhadas aos temas a serem tratados no curso, dispensando assim a contratação de profissionais externos.

Neste ano ainda foi firmada uma parceria com a Secretaria de Cultura do município sede para a participação do ADE no FLIV - Festival Literário de Votuporanga, por meio do agendamento de visitas dos alunos ao evento. O Festival oferece em sua programação bate-papos com grandes escritores, sessões de contação de histórias, espetáculos musicais, apresentações

teatrais e de dança, oficinas, workshops e espaços voltados para exposição e venda de livros.

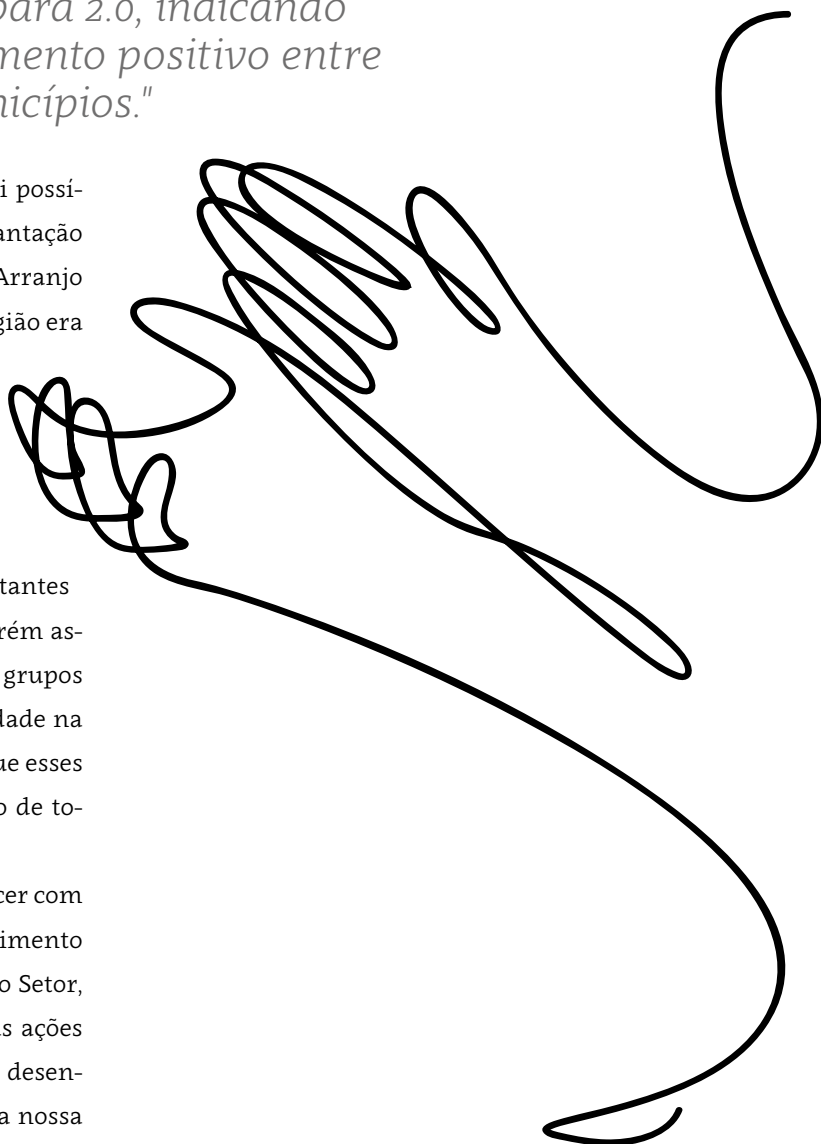
Como pode ser observado, o ADE Noroeste Paulista atua em parcerias e até o momento não conta com financiamento externo. Algumas ações são custeadas pelos municípios envolvidos no Arranjo, assim como os deslocamentos e custos gerados com o deslocamento dos dirigentes municipais de ensino, técnicos e demais profissionais são sempre de responsabilidade de cada município.

Os resultados do trabalho do grupo não param por aí; em setembro foi divulgado o resultado do Ideb/2017 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e foi possível concluir a melhoria territorial após a implantação do ADE Noroeste Paulista. Em 2009, quando o Arranjo foi criado, o Ideb médio dos anos iniciais na região era 6.0; já nos resultados referentes a 2017 o índice passou a 6.7. Além disso, a discrepância entre o menor e maior resultado ficou menor, passando de 2.9 para 2.0, indicando nivelamento positivo entre os municípios.

A comunicação oficial entre os representantes dos municípios se dá pela troca de e-mails, porém assuntos cotidianos são compartilhados por meio de grupos em redes sociais, proporcionando maior agilidade na obtenção de respostas. Observa-se, inclusive, que esses grupos fortalecem ainda mais o envolvimento de todos nas ações desenvolvidas pelo ADE.

Os planos para o momento são de permanecer com as ações de sucesso, além de elaborar um Regimento para parcerias com o Setor Privado e o Terceiro Setor, para que possam colaborar na viabilização das ações e avançar nos resultados obtidos em prol do desenvolvimento educacional, social e econômico da nossa região. ■

"Em 2009, quando o Arranjo foi criado, o Ideb médio dos anos iniciais na região era 6.0; já nos resultados referentes a 2017 o índice passou a 6.7. Além disso, a discrepância entre o menor e maior resultado ficou menor, passando de 2.9 para 2.0, indicando nivelamento positivo entre os municípios."





A experiência de quem faz

Guarás

Um ADE inspirador que nasceu no litoral norte do Maranhão

por Gorethi Camelo

A história do Arranjo de Desenvolvimento Educacional (ADE) dos Guarás começa em 2013, quando os recém-chegados secretários municipais de educação da região litoral ocidental norte do Maranhão se encontraram na cidade de Mirinzal para um evento do Instituto Federal de Educação do Maranhão (IFMA). Foi naquele momento que os secretários se conheceram e trocaram contatos telefônicos e de e-mail para se encontrarem posteriormente. Porém esse reencontro só foi acontecer de fato, um ano depois, em 2014, quando assumi o cargo de secretária municipal de educação de Serrano do Maranhão. Juntamente com o secretário de educação de Porto Rico do Maranhão, Jorge Aidson Rabelo, e da secretária de educação de Cedral, Eliedene Cuba, incentivamos a participação dos demais secretários da região formada pelos municípios de Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão, totalizando nove municípios.

A primeira reunião do grupo aconteceu no município de Apicum Açu e foi dedicado a estreitar laços entre os secretários, bem como para conhecer os desafios e avanços de cada um dos municípios. Ficou estabelecido que os encontros aconteceriam a cada 30 dias. Nossa segunda reunião ocorreu no município de Cedral com a presença dos secretários municipais de educação e também de alguns técnicos das Secretarias Municipais

de Educação (Semeds). A partir do terceiro encontro, que aconteceu em Serrano do Maranhão, ficou definido que o grupo passaria a se chamar Conguarás Educação. Na ocasião também foi escolhido o prof. Jorge Aidson Mendes Rabelo, secretário de educação de Porto Rico do Maranhão, como Presidente do grupo.

" A primeira reunião aconteceu no município de Apicum Açu, e esse primeiro momento foi dedicado a estreitar laços entre os secretários, bem como para conhecer os desafios e avanços de cada um dos municípios."

Já em 2015, os municípios elegeram como meta a necessidade de trocar experiências para a elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME). Começamos, então, a desenvolver ações coletivas para subsidiar o trabalho das equipes técnicas das Semeds na elaboração dos planos. Ficou pactuado entre os municípios do

território que até 16 de junho de 2015 todos estariam com a Lei do PME aprovada e sancionada.

A experiência de atuar de forma colaborativa, compartilhando as experiências e conhecimentos, foi considerada exitosa para todos nós, e foi então que todos os secretários acordaram que participariam do Fórum Nacional da Undime no Estado da Bahia, em junho de 2015. Foi inclusive nessa oportunidade que tomamos conhecimento da Plataforma Conviva, apresentada na oportunidade em caráter experimental. Percebendo a potencialidade da ferramenta, partimos para organizar o 1º Fórum de Educação do Conguarás, com o objetivo de oferecer formação a 150 técnicos das Semeds para uso da plataforma Conviva, numa parceria com a Undime-MA e o Instituto Natura.

Com a experiência da realização do Fórum, o grupo se tornou mais forte e ganhou visibilidade no estado do Maranhão, dando início a uma rotina de reuniões mensais e à realização de várias ações de forma cooperativa e regionalizada. Nessa ocasião, tive meu nome indicado pelo grupo para concorrer ao cargo de vice-presidente da Undime-MA.

Nas eleições de 2016, com a mudança na gestão municipal, praticamente todos os secretários foram substituídos, ficando apenas o prof. Jorge Aidson Mendes Rabelo, que se tornou secretário municipal de educação em Bacuri, e eu, na ocasião como secretária municipal de educação em Apicum Açú e também vice-presidente da Undime-MA. Com essa nossa configuração, teve início um trabalho de conquista dos novos secretários, que ao receberem o convite para participarem da reunião do Conguarás, no município de Apicum Açú, marcaram presença de forma expressiva e já agendaram logo a reunião seguinte para o município



"[...] construindo uma história de resistência e perseverança, sempre reafirmando o objetivo de buscar caminhos diferenciados para contribuir com a melhoria da qualidade da educação na região."

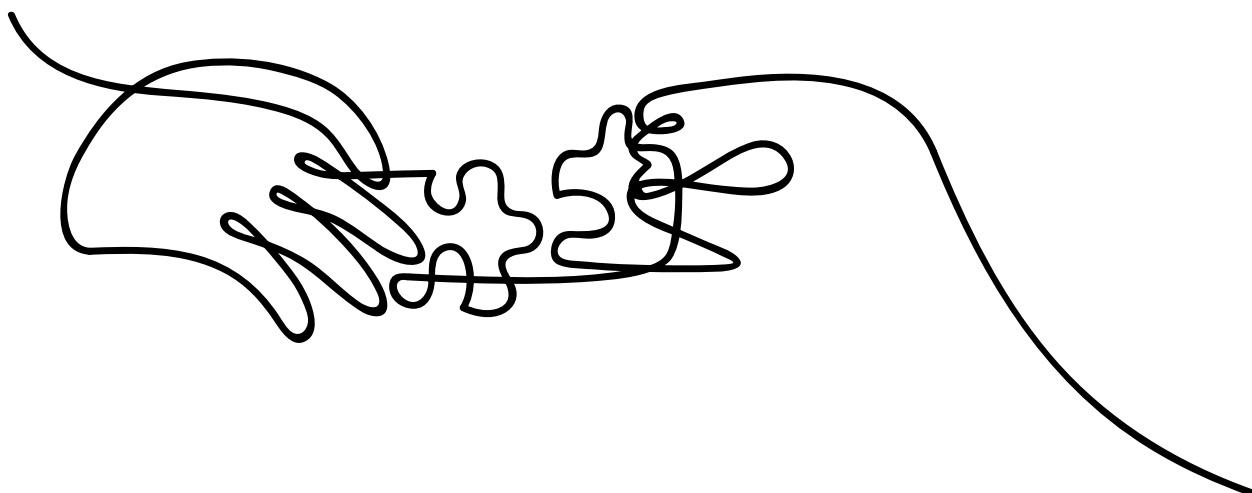
de Bacuri. Nesta reunião, recebemos a visita da pesquisadora Thamara Strelec, de São Paulo, que estava fazendo a sua pesquisa de doutorado. Ela nos ajudou a compreender melhor os detalhes e especialmente as diferenças entre os Consórcios e os ADEs no país e, a partir desse esclarecimento ficou definido, em acordo entre todos, que seria mais adequado que passássemos a nos identificar como ADE dos Guarás.

O trabalho em forma colaborativa vem dando muito certo, o que podemos constatar pelos índices educacionais da região, que vem melhorando, com destaque ao Ideb de Porto Rico do Maranhão, que em 2015 foi o maior do estado, atingindo 6.o. Vale ressaltar que com a união dos municípios em forma de ADE, não apenas o Ideb apresentou melhorias, mas houve aumento no número de matrículas na educação infantil, na



educação especial e na educação em tempo integral, melhorando também a qualidade da oferta, sendo esses resultados tão visíveis que já começam a influenciar gestores de outras regiões do estado a também se organizarem em ADEs.

E é dessa forma que, desde 2014, esses nove municípios da região litoral ocidental norte do Maranhão seguem construindo uma história de diálogo e perseverança. Temos inúmeros desafios em nossas redes, mas o importante é que estamos unidos e sempre reafirmando o objetivo de buscar caminhos diferenciados para avançar com a melhoria da qualidade da educação na região. Servir de inspiração para outras regiões do estado seguirem nosso caminho é, sem dúvida, um indicador de que estamos no caminho certo! ■



Entrevista

Como a colaboração contribuiu com a alfabetização

Projetos unem professores com o objetivo de superar as dificuldades na alfabetização

Em 2015, quando teve início o processo de implantação do ADE Granfpolis na região da Grande Florianópolis, em Santa Catarina, o primeiro passo foi estabelecer um diagnóstico, que abrangesse os aspectos pedagógicos, de infraestrutura e de gestão na educação. A partir das análises desse diagnóstico, desenvolvidas em conjunto pelos 22 municípios do ADE, foram levantados dados que permitiram perceber características do contexto educacional do território, e a partir daí traçar 4 metas e prioridades de atuação para o ADE.

Dentre as realidades reveladas, a distorção idade/ano e o desafio da alfabetização, cenário que abrangia todos os municípios participantes, levou à criação da Meta 2, que pretendia compreender as razões desse cenário e desenvolver um plano de ação que pudesse reduzir a média geral dessa distorção de 12,3% para 8%.

A união de esforços de todos os municípios, de forma conjunta, possibilitou estabelecer, em 2017, uma parceria do ADE Granfpolis com o Instituto Ayrton Senna para implantar soluções educacionais de alfabetização e correção de fluxo em diversas escolas da região. O

Instituto Ayrton Senna não teria como atender poucas escolas, por isso o volume de alunos e professores como território foi fundamental para que os projetos se tornassem possíveis, e também as formações conjuntas foram enriquecedoras para os professores. Com metodologia diferenciada e foco nas questões socioemocionais, os projetos Se Liga e Acelera Brasil foram abraçados pe-

los municípios. Ao final do primeiro ano da parceria, 92% dos alunos participantes foram plenamente alfabetizados, e 100% dos que participaram da correção de fluxo foram aprovados para progredir em pelo menos um ano escolar.

"[...] quando termina é uma emoção muito grande, porque a gente aprendeu e explorou muito. É tão gostoso que a gente quer mais! E é muito bom saber que tem outras pessoas trabalhando da mesma forma que a gente."

A **Andreia Borges da Silva**

é uma das professoras que se engajaram nesses projetos. Ela é professora da rede municipal de Tijucas/SC, um dos municí-

pios participantes do ADE Granfpolis. Formada em Pedagogia, a professora trabalha na área educacional há 19 anos. Começou sua carreira em Matinhos, município no litoral do Paraná, com foco principal na alfabetização de alunos em colégios públicos. Quando se mudou para a cidade de Tijucas, em Santa Catarina, afastou-se por um tempo da docência para se dedicar à maternidade.



Foto: Larissa Souza, do acervo da Prefeitura de Tijucas/SC

Passado um tempo e sentindo falta de lecionar, decidiu voltar a dar aulas nas escolas municipais. Nesse tempo, recebeu a proposta de participar dos projetos Se Liga e Acelera Brasil, formatos que, segundo ela, transformaram a forma como leciona.

O que é o projeto Se Liga?

Andrea: É um projeto do Instituto Ayrton Senna que tem o intuito de, em um ano, alfabetizar crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental que tenham dificuldades e que ainda não aprenderam a ler e a escrever, são aqueles alunos que apresentam distorção idade-ano. Essas crianças vão para uma sala de aula onde são trabalhados métodos diferenciados que facilitam o aprendizado de cada um na parte comunicativa, colaborativa, de auto eficácia e de autogestão. Situações que agregam para o crescimento desse aluno como ser humano.

Como foi para você participar da formação do projeto Se Liga? Qual o maior aprendizado?

Andrea: Foi uma excelente oportunidade, pois pude aprender novos métodos e observar o funcionamento para alunos que precisavam ser trabalhados de uma maneira diferente. E o resultado positivo que obtivemos nos presenteou com uma grande evolução, tanto por parte deles, dos alunos, quanto para a minha forma de lecionar.

Como foi participar da formação junto com outros municípios, em um formato de colaboração e troca de experiências?

Andrea: Foi algo muito legal, muito positivo. É uma semana de curso, né? Eu tinha que sair daqui às 6h da manhã e só terminava às 19h. Quando falaram pela primeira vez que eu tinha que ir, eu imaginei que seria muito cansativo. Mas, quando termina o curso, a gente está chorando porque é tanta troca de ideias, tanta

coisa legal! A gente faz amizades, fizemos até um grupo para conversar.

O livro do professor não tem não tem resposta pronta. A gente tem que estudar muito e, quando tem uma dúvida, a gente troca; trocamos muitas experiências, porque tem professores que trabalham há anos com o projeto, então é uma semana cansativa, mas que quando termina é uma emoção muito grande, porque a gente aprendeu e explorou muito. É tão gostoso que a gente quer mais!

Além disso, é muito bom saber que tem outras pessoas trabalhando da mesma forma que a gente.

Então a colaboração não acabou na formação?

Andrea: Não. Tem uma professora de outra cidade, por exemplo, que quer vir prá cá para passar um dia com a turma deles. Ela quer ver se as dificuldades são as mesmas. Tenho certeza que será bem legal...

"A gente não podia contar com a participação da família, mas depois eles passaram a ajudar bastante. Começamos a bater na tecla de que os pais tinham que vir, e foi assim que as famílias começaram a se envolver, e foi uma ajuda muito boa."

Os alunos têm sonhos comuns, e eles querem muito aprender a ler e escrever. Quando eu mostro o caderno deles para outras professoras - porque eles já passaram por outras professoras aqui nessa mesma escola -, elas nem acreditam que eles têm caderno, que eles estão lendo e escrevendo.

A gente atua com alunos que ainda não aprenderam a ler e nem a escrever e eles terminam o ano lendo e escrevendo. Só isso já é uma satisfação enorme!

Conte um pouco sobre as dinâmicas das aulas e o diferencial do fator socioemocional que envolve a metodologia do Se Liga:

Andrea: As aulas são bem interessantes, tentamos diversificar ao máximo as dinâmicas

para manter os alunos interessados no conteúdo trabalhado, e para que cresçam sem estarem presos a uma didática engessada.

Usamos uma frase para motivar os alunos, que é: "Quem falta, faz falta."

Adotamos isso para estimular a quem faltou um dia, de se sentir importante e querer estar mais presente em sala de aula.

E o Cantinho da Leitura, construído para os alunos dentro do projeto Se Liga, qual a importância dele?

Andrea: O Cantinho da Leitura tem se mostrado muito importante e eficaz, porque ali conseguimos desligar os alunos da vida real e fazer com que eles entrem nas histórias por meio de rodas, dramatizações, desenhos e afins.

E com toda essa formação e essa vivência, o que mudou para você na forma de lecionar?

Andrea: A gente teve um conselho de classe na escola, no começo deste ano. Algumas professoras diziam que não sabiam mais o que fazer para atrair a atenção dos alunos. Eu sugeri que a gente tentasse fazer como na



Foto: Larissa Souza, do acervo da Prefeitura de Tijucas/SC

minha sala. Aprendi que cada dia a gente tem que fazer uma coisa diferente, uma acolhida diferente, não devemos fazer a mesma coisa todos os dias, mas sim coisas diferentes. Isso chama a atenção deles, né? Esse é um método de trabalho diferenciado, de muita leitura, interpretação de texto e curiosidades, que mexe com eles, faz eles quererem especular, saber de onde vem, como é... Eles não querem tudo mastigado, eles querem desafios. Eu dei a ideia para elas, e elas adoraram!

Eu já estou no meu segundo ano com o projeto e aprendi muito. Se a gente fizer tudo com o tempo bem regradinho, com atividades de 15 ou 20 minutos, a aula flui e eles aprendem com mais rapidez.

Qual o maior impacto em sala de aula percebido por você no decorrer do projeto?

Andrea: O maior impacto visível é o grande aumento de interesse dos alunos aprendendo e tentando melhorar a cada dia de aula.

E há histórias que se destacam, como é o caso do João¹. Ele começou ano passado no Se Liga. Era um aluno copista, com autoestima muito baixa porque já era um adolescente e só copiava. Ele tinha um bom desempenho em matemática, mas ainda não estava plenamente alfabetizado. Então, primeiro eu precisava cativá-lo, buscá-lo para mim, para que ele pudesse ter confiança. E aí começamos desde o beabá, pois ele sabia muito pouco.

Primeiro a gente trabalhou para resgatar sua autoestima. Conseguimos até dentista e incentivamos que fossem feitos os documentos dele. Assim, ele foi se animando, compreendendo o valor que tinha para todos nós.

Depois a gente trabalhou a escrita, fomos conversando. Hoje ele trabalha, tem carteira de trabalho, tem tudo, mas isso tudo é fruto de um grande empenho, que na verdade envolveu toda a turma. O trabalho com a autoestima envolveu todos eles, porque eram todos copistas, mas foi João que me chamou mais a atenção. Agora ele lê, escreve, faz as quatro operações, tudo certinho.

Foto: Larissa Souza, do acervo da Prefeitura de Tijuucas/SC



Hoje, todos eles têm nome, sobrenome, uma visão para o futuro e já sabem o que querem para suas vidas.

E qual é a sensação de estar acompanhando esse processo como professora?

Andrea: Na hora que você pega uma turma com a autoestima baixa, que todos achavam que eles não tinham condições, que era só empurrar e passar - porque eles sempre foram empurrados - e depois de tanta luta, percebe que estavam todos estão evoluindo bem... me senti orgulhosa, sabe? Trabalhar com autoestima é um grande desafio porque precisamos recuperar o ânimo de cada um e mostrar o quanto são importantes.

Mas tudo isso também foi feito com muita ajuda da Prefeitura e da minha coordenadora Dail Nelsy da Silva, que ajuda muito com materiais e tudo mais que é necessário!

As famílias também enfrentavam uma situação delicada, então era preciso envolvê-las nesse processo...

1 O nome do aluno foi alterado para proteger sua identidade.

"Trabalhar com autoestima é um grande desafio porque precisamos recuperar o ânimo de cada um e mostrar o quanto são importantes."

Porque é todo um processo: o carinho, a atenção, o pu-
xão de orelha. É todo um conjunto. Tudo com doses
certas para não assustar.

É um trabalho coletivo, toda a equipe da escola: a
diretora, a coordenadora, a bibliotecária, até a secretá-
ria, todas as pessoas. Teve ajuda de todo mundo, o gru-
po inteiro trabalha junto.

Antes desses alunos entrarem nos projetos do Ins-
tituto Ayrton Senna, suas famílias nunca tinham vin-
do até a escola. A gente não podia contar com a parti-
cipação da família, mas depois eles passaram a ajudar
bastante. Começamos a bater na tecla de que os pais
tinham que vir, e foi assim que as famílias também
começaram a se envolver, e foi uma ajuda muito boa.
Sem a família, não termino meu trabalho, porque não
são só as quatro horas aqui dentro, eu preciso deles
também. A família colabora bastante!

A nossa equipe foi muito boa, persistente, não de-
sistiu. Vimos que uma precisava da outra. Foi muito
bom, um trabalho muito cansativo, mas valeu a pena!

Percebemos que precisamos ter uma acolhida dife-
rente, porque os alunos vinham para a escola, faziam a
tarefa, mas não eram cobrados e não tinha leitura todo
dia. Agora, temos todo um processo. Primeiro a gente
fala tudo que eles fizeram, o que leram. É uma coisa
diferente, não fica todo dia na mesmice. E assim eles
passaram a ter curiosidade, cada dia era uma coisa di-
ferente que chamava a atenção deles. Eles precisam de
novidades todos os dias, para despertar a curiosidade
do que vai acontecer. Pode ser um livro que o amigo
leu, uma oração, um desabafo.

Foto: Larissa Souza, do acervo da Prefeitura de Tijucas/SC

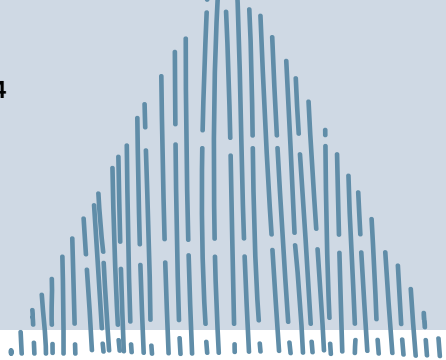


Depois das leituras, corrigimos as atividades, quem
errou, quem acertou, qual amigo ajudou... Eles se sen-
tem importantes, e o que não conseguem, fazem de-
pois, e aquele que faltou a gente já escreve: "hoje senti-
mos a sua falta", "quem falta, faz falta". É um processo
de tijolinho. E um aluno ajuda o outro no desenvolvi-
mento das atividades, na revisão da aula. Eles se sen-
tem importantes. Aquele que aprende mais rápido
tenta ensinar para o outro, que quer aprender.

Este ano recebemos em nossa turma quatro alunos
do Acelera – outro projeto também do Instituto Ayr-
ton Senna -, que não participaram do Se Liga no ano
passado. Eles estavam mais adiantados. Quando esses
quatro alunos chegaram, eles acharam o máximo por-
que podiam ensinar, podiam mostrar aos colegas o que
sabem. A gente se divertiu muito. Antes, eles eram vis-
tos como quem sabia muito pouco, então eles acham o
máximo poder ensinar o que sabem.

Qual o maior legado que o projeto deixa para estes alunos?

Andrea: Acredito que além da alfabetização, que é o
foco principal do projeto, as outras situações mencio-
nadas acima, como desenvolver melhor a comunica-
ção, a colaboração, a auto eficácia e a autogestão, pois
isso eles vão carregar para a vida toda! ■



Cooperação intermunicipal

Parcerias que potencializam as capacidades territoriais

por Thamara Strelec

Nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 90, soluções intergovernamentais de cunho cooperativo passaram a ocupar espaço significativo na agenda política e de pesquisa no Brasil, dentre as quais duas formas básicas orientam a composição dessas soluções: sua forma horizontal, que compreende iniciativas que envolvem uma mesma esfera de governo, e em sua forma vertical, que pode se estabelecer entre esferas distintas de governo.

Mas os acordos de cooperação intergovernamental não são uma exclusividade brasileira. Presente em contextos diversos, como Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Espanha, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Países Baixos e Reino Unido, para mencionar apenas alguns, o formato assumido pela cooperação intergovernamental está estreitamente vinculado ao formato das instituições políticas e ao desenho de governo – optantes ou não pelo modelo federativo (como é o caso brasileiro) –, e também pelos mecanismos de coordenação existentes, os quais podem induzir a cooperação por normas constitucionais, pelo desenho das políticas ou por medidas e

iniciativas que buscam incentivar ou promover a articulação entre os governos.

Uma breve pesquisa na literatura internacional revela que, apesar da diversidade de formatos e nomenclaturas utilizadas sobre acordos de cooperação intergovernamental, eles se caracterizam, em essência, pelo envolvimento dos governos em iniciativas que possibilitem a soma e o alinhamento de esforços, a fim de ampliar a capacidade de gestão dos serviços públicos, o alcance na formulação das políticas, ganhos de escala na aquisição de insumos ou para a promoção do diálogo regional. Além disso, são flexíveis, no sentido de que se estabelecem a partir da construção de laços que melhor atendam às necessidades dos governantes, sejam elas identificar “parceiros governamentais” com problemas semelhantes, ou com capacidades que se complementem. Por esse motivo, o aumento do grau de autonomia dos governos locais, e a liderança governamental amparada numa perspectiva de ganhos de eficiência na gestão são terreno fértil para acordos dessa natureza.

Especificamente acordos intergovernamentais de natureza intermunicipal na educação, a literatura

"[...] a constatação das potencialidades e ganhos que os instrumentos de cooperação representam em outros setores, como saúde, meio ambiente e desenvolvimento urbano, quando aliada à percepção dos desafios que o modelo educacional impõe – duplicidade de redes e a imprecisão normativa e operacional do regime de colaboração –, tem implicado em sua disseminação na esfera municipal."

indica que estes são tipicamente brasileiros¹. Isso porque, tendo em vista a particularidade do desenho federativo brasileiro – dotado de um terceiro ente federativo (os municípios) com autonomia política, orçamentária e responsabilidades constitucionalmente atribuídas para a oferta da educação municipal –, soluções intermunicipais têm sido uma demanda para resolução de problemas crônicos no âmbito desta política. Além disso, a constatação das potencialidades e ganhos que os instrumentos de cooperação representam em outros setores, como saúde, meio ambiente e desenvolvimento urbano, quando aliada à percepção dos desafios que o modelo educacional impõe – duplicidade de redes e a imprecisão normativa e operacional do regime de colaboração –, tem implicado em sua disseminação na esfera municipal.

Foto: Arquivo pessoal



Nesse aspecto, Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) e consórcios públicos, com atuação na educação por meio de Câmaras Técnicas, são modalidades de acordos intergovernamentais que ilustram essa condição, embora suas experiências ainda sejam recentes e pouco frequentes se comparadas a acordos em outras políticas. Do ponto de vista organizacional, são acordos bastante distintos:

1 STRELEC, T.C. *Relações intergovernamentais no contexto educacional brasileiro: um estudo a partir dos acordos de cooperação nas políticas públicas em educação*. Tese. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Pós-Graduação em Ciência Política. Campinas, SP, 2017.

Câmaras Técnicas de educação conformam-se como instâncias formais, de perfil consultivo ou deliberativo, no interior de consórcios públicos, estabelecidos entre governos para a criação de um organismo político e administrativo comum, amparados na Lei 11.107/2005 (Lei de Consórcios Públicos), e seu quadro societário é composto exclusivamente por entes federativos, representados pelos seus respectivos governantes.

O estabelecimento dos ADEs, por sua vez, não implica a formalização de um contrato ou constituição de uma entidade com personalidade jurídica que estabeleça suas condições de funcionamento. Desse modo, aos atores é facultada – mas não obrigatória – a formalização de uma entidade (associação ou colegiado, por exemplo) ou a elaboração de termos de cooperação.

Apesar dessa clara distinção, consórcios e ADEs assumem um caráter essencialmente intermunicipal, no qual municípios vizinhos têm se articulado para lidar com questões relacionadas à gestão educacional, numa dinâmica orientada, principalmente, à conformação de um ambiente propício ao diálogo sobre questões que afetam as competências no âmbito municipal, e a minimizar os efeitos dos processos de municipalização do ensino fundamental nos estados e o problema do isolamento dos municípios, no sentido de buscarem em conjunto projetos e programas que sozinhos não conseguiriam².

Nesse sentido, já tem sido possível constatar um conjunto de resultados positivos oriundos da formação de acordos na educação, seja na forma de ADEs ou de consórcios: aprendizado coletivo; desenvolvimento de capacidade técnica dos gestores no que se refere à

legislação; instrumentos contábeis e orçamentários aplicados à educação; aumento do grau de autonomia dos gestores de educação perante os prefeitos; relações mais democráticas entre gestores e prefeitos; aumento da interação entre gestores municipais; convergência de objetivos nos planos municipais de educação; melhora dos resultados de aprendizagem dos alunos da região; qualificação das informações educacionais, leitura e interpretação regional dos indicadores municipais de educação; alinhamento do calendário escolar; redução de custos de contratação com o uso da licitação compartilhada e até mesmo o enfrentamento da rotatividade de profissionais da educação em função de processos seletivos recorrentes. Portanto, os acordos de cooperação no âmbito da educação, à semelhança dos acordos em outras áreas, também apresentam o potencial de conduzir a ganhos coletivos, embora de modo distinto dos acordos envolvidos com políticas marcadas pelo uso comum de recursos, como é o caso dos setores de meio ambiente, saúde e recursos hídricos.

Apesar desse potencial, mecanismos estaduais e federais de incentivo à cooperação na educação têm sido incipientes para promover escala em território brasileiro, embora deste 2007, no contexto de elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação³, tenha sido enfatizada a necessidade de se trabalhar de forma conjunta a educação, o território e o desenvolvimento, por meio do conceito de arranjo educativo, sob a perspectiva de que para reduzir as desigualdades sociais e regionais, exige pensá-las no plano de país.

Importante mencionar esse aspecto, já que a existência de incentivos financeiros e operacionais de organizações externas, na forma de apoio institucional,

2 NICOLETI, J. E. *Arranjos de desenvolvimento da educação: uma alternativa partilhada de gestão municipal da educação*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara. Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014, 132 p.

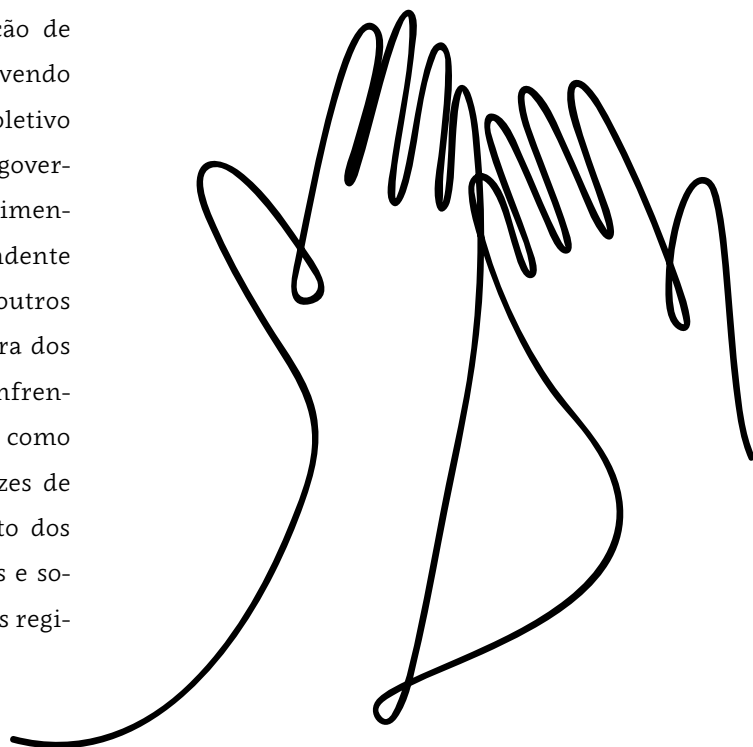
3 BRASIL. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

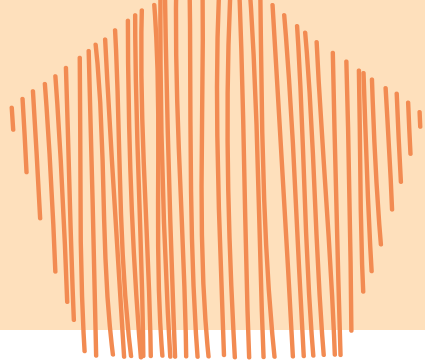
financeiro ou de gestão, principalmente nos estágios inicial e de sensibilização à formação dos acordos, destaca-se como crucial para a formação de consórcios em educação e ADEs, à luz das experiências em funcionamento, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos pelos Institutos Positivo, Instituto Natura, Instituto Chapada e Fundação Itaú Social, que nos últimos anos se destacaram na execução de projetos que apoiam o funcionamento e o fortalecimento de organismos regionais voltados à educação em diferentes regiões do país.

Inclusive esses incentivos, combinados à capacidade e interesse dos atores locais em estabelecer equipes de gestão atuando em prol da sensibilização a respeito dos benefícios da cooperação, à existência de canais de comunicação flexíveis, como *WhatsApp*, e de relações interpessoais mais próximas entre gestores de educação e governantes em uma mesma região, influenciam não apenas o desenvolvimento de acordos na educação, mas a continuidade destes.

Portanto, mediante esse cenário, a disseminação de acordos de cooperação intergovernamentais envolvendo políticas educacionais ainda carece de um esforço coletivo dos governos nas três instâncias, organizações não governamentais, educacionais e atores locais no reconhecimento dos acordos de cooperação na educação, independente do formato que assumirem – ADEs, consórcios ou outros formatos – como mais do que uma saída à brasileira dos gestores municipais de educação e prefeitos para enfrentarem os desafios inerentes a esta política, mas como instrumentos de gestão estratégicos, ou seja, capazes de promover qualidade à educação pública no âmbito dos municípios, melhoria dos indicadores educacionais e sobretudo a correção das desigualdades no interior das regiões brasileiras. ■

"[...] instrumentos de gestão estratégicos, ou seja, capazes de promover qualidade à educação pública no âmbito dos municípios, melhoria dos indicadores educacionais e sobretudo a correção das desigualdades no interior das regiões brasileiras."





A urgência da educação

Não haverá mais segurança, mais saúde, mais emprego, mais cultura e mais ciência se não tivermos mais educação

por Todos pela Educação

Em um ano de intensa disputa eleitoral como estamos vivenciando em 2018, muito se discutiu e ainda se discute sobre segurança e emprego, dois temas que não saem do noticiário diário de praticamente todos os veículos de comunicação. A educação, apesar de ter aparecido em alguns momentos nos debates televisivos e nas falas dos candidatos aos cargos do Legislativo e Executivo ao longo dos meses de campanha, ainda não é um tema de discussões estruturantes, que se aprofundem nos problemas reais do nosso sistema público de ensino e nos efeitos deles para outras áreas estratégicas para o país.

Isso ocorre justamente porque não enxergamos a área educacional como primordial para o desenvolvimento do Brasil em todas as esferas sociais, e nem a vemos com a urgência que ela demanda – já que vivemos

em um país onde 55% das crianças não sabem ler e escrever aos 8 e 9 anos de idade, segundo dados do próprio Ministério da Educação (MEC). Isso significa que metade dos nossos alunos e alunas não estão avançando na trajetória escolar adequadamente, pois não têm as ferramentas necessárias para aprenderem os conteúdos das séries seguintes. Como esperar que esses estudantes tenham um aprendizado de qualidade se não saem proficientes em leitura e escrita ao fim do ciclo de alfabetização?

Apesar de não ser tratada com a prioridade necessária nas discussões políticas, não podemos ignorar o fato de que a população reconhece a importância da educação. A maioria dos brasileiros e brasileiras demonstra insatisfação com a escola pública, segundo a última pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira

"[...] 77% dos brasileiros concordam total ou parcialmente que o problema da violência está diretamente relacionado com a baixa qualidade da Educação, e 6 em cada 10 brasileiros dizem o mesmo em relação à corrupção. Além disso, 74% [...] concordam que um ensino de baixa qualidade prejudica o desenvolvimento do Brasil."



- Educação Básica, realizada pelo Todos Pela Educação em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada no primeiro semestre de 2018. Os dados do levantamento mostram que apenas 34% classificam a educação básica pública como “ótima” ou “boa”. Além disso, 22% pensam que os alunos e alunas saem dos ensinos fundamental e médio despreparados para a etapa escolar subsequente. Ou seja: há a percepção de que não estamos oferecendo uma educação de qualidade nas nossas escolas.

A mesma pesquisa também mostrou que 77% dos brasileiros concordam total ou parcialmente que o problema da violência está diretamente relacionado com a baixa qualidade da educação, e que 6 em cada 10 brasileiros dizem o mesmo em relação à corrupção. Além disso, 74% dos participantes do levantamento do Todos Pela Educação com a CNI concordam que um ensino de baixa qualidade prejudica o desenvolvimento do Brasil.

Assim, partindo da ideia de que o tema não ganha prioridade e urgência necessárias na pauta política,

mas que existe o reconhecimento social de que ele é extremamente importante, o Todos Pela Educação liderou, neste ano, o Educação Já!, uma iniciativa suprapartidária que reúne movimentos, especialistas e instituições para debater e construir soluções e medidas imprescindíveis para serem implementadas pelos próximos governos na área educacional.

Tal conjunto de propostas foi consolidado em uma agenda técnica, que conta com um diagnóstico profundo da educação brasileira e diretrizes definidas. Ao longo de 2018, ela foi apresentada aos candidatos e candidatas à Presidência da República, bem como aos seus líderes de campanha. Uma versão para consulta pública e *download* está disponível no site do Todos Pela Educação.

Em linhas bem gerais, o documento traz 7 prioridades educacionais que devem orientar, de forma articulada, as políticas públicas para que o Brasil avance rumo a um sistema de ensino com mais qualidade e equidade para todas as crianças e jovens brasileiros. São elas:

1. Aprimorar a política nacional de alfabetização para todas as crianças até os 8 anos de idade;
2. Oferecer apoio e incentivo às redes para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental;
3. Realizar alterações legais nos mecanismos de financiamento da educação básica, em especial no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
4. Criar uma política nacional de valorização e profissionalização docente;
5. Reestruturar as regras de governança do sistema educacional a partir da criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE);
6. Aprimorar a política de fomento à expansão da jornada escolar e coordenar/apoiar os Estados na reorganização do funcionamento do ensino médio;
7. Instituir política nacional intersetorial para a primeira infância.

Os 7 temas sintetizados brevemente neste texto formam um guia fundamental para que o Brasil avance de forma mais justa nos próximos anos. Que tipo de país queremos ser se as nossas crianças não estão aprendendo? Que tipo de nação queremos ser se não estamos garantindo o mínimo aos nossos jovens?

Para o Todos pela Educação, os governos precisam priorizar de verdade a educação básica em seus mandatos. É preciso entender, de uma vez por todas, que apesar de a educação não ser a solução para todos os nossos problemas, a resposta para eles passa, inegavelmente, por ela. Não há mais segurança, mais saúde, mais emprego, mais cultura e mais ciência se não tivermos mais educação. E não é qualquer educação, mas aquela que garanta a todos e a todas mais oportunidades no presente e no futuro. ■



Compartilhando



SAEB SUBSTITUIRÁ PROVA BRASIL E AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

A partir de 2019, a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, também conhecida como Prova Brasil, deixarão de ter essa nomenclatura e serão todas identificadas como Saeb. A diferença será a indicação da etapa e das áreas de conhecimento avaliadas. Além disso, passará a incluir a Educação Infantil, portanto as aplicações envolvem as turmas de creche, pré-escola, 2º ano, 5º ano, 9º ano e 3ª série do ensino médio. Por conta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece o fim do ciclo de alfabetização no 2º ano, a avaliação não será mais aplicada no 3º ano.

Fonte: novaescola.org.br

GUIA INTERNET COM "RESPONSA"

A internet está cada vez mais acessível a um grande número de pessoas, e isso inclui as crianças, que merecem receber orientação especial para que a ferramenta possa ser útil sem causar danos. E nesse caso, não apenas os pais mas também os professores podem auxiliar, discutindo com seus alunos sobre os cuidados e responsabilidades envolvidos ao se utilizar a rede. Para auxiliar os docentes nessa tarefa, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) disponibilizou um guia que pode ser baixado, sem custo algum, através do endereço:

https://internetsegura.br/pdf/guia_internet_com_responsa_na_sua_sala_de_aula.pdf

Fonte: www.revistaeducacao.com.br



SÉRIE DE DOCUMENTÁRIOS APRESENTA PROPOSTAS INOVADORAS

Experiências de escolas de todo o mundo, envolvendo temas como inclusão, imigração, igualdade de gênero, conscientização ambiental e também mecanismos para fomentar o desenvolvimento de competências, como criatividade e colaboração são apresentadas ao longo dos episódios da série Destino: Educação – Escolas Inovadoras. Produzido pelo canal Futura e com apoio do Sesi (Serviço Social da Indústria), a série mostra escolas de todo o mundo – do Brasil à Indonésia, da Argentina a Israel – que encontraram modelos de educação abertos aos interesses dos alunos e às demandas da sociedade, sem deixar de lado o desenvolvimento integral. Vale a pena conferir e se inspirar!

Todos os episódios da série, que já está na 2ª temporada, podem ser acessados no site

www.futuraplay.org

Fonte: porvir.org



institutopositivo.org.br

facebook.com/positivoinstitut

linkedin.com/company/instituto-positivo

movimentocolabora.org.br

linkedin.com/company/movimento-colabora-educacao

